**Resumo**

GRUPO:*Cláudia Maria Coleoni, Gabriel Melo Guarda, Gael Pech, Miguel Leopardi, Pedro Dias e Vincent Balue*

**SOUZA, Jessé (2011). “A parte de baixo da sociedade brasileira”. *Revista Interesse Nacional*, v.14, p. 33-41.**

***Palavras-chave:****patrimonialismo estatal; racismo de classe; inteligência pseudocrítica*

A tese defendida por Jessé Souza é a de que as classes populares do Brasil são literalmente invisíveis e mal compreendidas devido ao “patrimonialismo estatal”. Esse conceito, resultante da “interpretação do Brasil”, institucionaliza e caracteriza o “povo brasileiro” como “segunda natureza”, sobre a qual não mais se reflete ou questiona. A criação dessa identidade amplamente aceita também é produto da criação de cientistas e intelectuais, cujas ideias foram articuladas e institucionalizadas a partir de poderosos interesses econômicos e políticos.

*1. Patrimonialismo e racismo de classe no Brasil moderno*

Ainda no campo das ideias, a “revolução simbólica do Brasil moderno” iniciou-se com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque na década de 30. Criada a partir e contra a ideia do racismo na sociedade americana, a identidade nacional brasileira possuía como emblema máximo o “mestiço”, a “plasticidade” (dada pela herança ibérica), e a incorporação da alteridade e do “outro”. Freyre destaca-se, nesse sentido, ao inverter toda a percepção negativa e naturalizada do Brasil presente no “racismo científico”. Dessa inversão, surge a “fantasia compensatória”, que é a ideia de que, apesar de os americanos serem “mais ricos e democráticos”, os brasileiros são “mais generosos e humanos”.

Buarque, por sua vez, invertendo e apropriando-se da tese de Freyre, busca a criação de um “mito nacional” que produzisse uma “unidade coletiva” na sociedade brasileira, ainda baseando-se no “culturalismo”, isto é, no fato de que o brasileiro é um tipo singular. Entretanto, do ponto de vista científico, o “mito da brasilidade” permanece simplista e superficial na criação de uma unidade coletiva nacional.

Buarque transforma, então, os aspectos positivos da sociedade brasileira defendidos por Freyre (i.e. a cordialidade, a emotividade e a abertura ao “outro”) no motivo de atraso relativo do Brasil tanto na vida política quanto econômica. A partir daí, nasce a idealização dos EUA, terra da confiança interpessoal e das pessoas incorruptíveis, e a justificativa para a aceitação do liberalismo. Segundo Jessé Souza, inicia-se aí a inteligência pseudocrítica, desenvolvida por autores como Raymundo Faoro, Simon Schwartzman, Fernando Henrique Cardoso, e Roberto DaMatta, cujos pensamentos associam as virtudes americanas às virtudes do mercado

e os vícios brasileiros à influência do Estado, caracterizado como ineficiente, politiqueiro e corrupto.

Jessé de Souza contrapõe incisivamente a inteligência pseudocrítica, argumentando que Estado e mercado são sistemas interdependentes, haja vista a última crise internacional. Em sua tese, Jessé de Souza expõe que os valores da “incorruptibilidade” e “confiabilidade” defendidos por Buarque e outros são inexistentes em um mercado que é fraudulento e corrupto, exemplificando que os bancos americanos “maquiam balanços, falseiam relatórios e avaliações”, resultando, portanto, na institucionalização da fraude como fundamento dos negócios e do lucro.

A mesma ideologia aplicada na modernização é utilizada para justificar a “dominação fática política e econômica” dos EUA sobre o resto do mundo. O “erro moral” presente no Brasil, tido supostamente pela deletéria influência do Estado, interfere na competitividade no mercado modernosegundo a inteligência pseudocrítica. Tal patrimonialismo estatal resultaria em prejuízos nas relações sociais e econômicas, as quais são desiguais nacional e internacionalmente.

Nesse sentido, Jessé Souza estabelece uma ligação orgânica entre a tese do patrimonialismo estatal e o racismo de classe contra as classes populares. A chamada “ordem liberal” do Brasil vem com a relação seletiva de que a “ética” está no reconhecimento da corrupção do Estado, e de que as classes populares brasileiras são “antiéticas” por apoiarem o Estado atuante. Essa “interpretação do Brasil”, portanto, leva ao (des)conhecimento e ao preconceito das classes populares do Brasil, provocativamente denominadas de “ralé” por Jessé Souza (ilustrando uma sociedade que maquia os conflitos principais dessa classe), ou “batalhadores” da “Classe C”. Essa oposição naturalizada entre mercado e Estado conduz a “Classe C” ao “economicismo liberal” (i.e. desconhecimento da produção sociocultural de diferentes indivíduos), ideia que também guiará governo, mídia, mercado, indivíduos e classes sociais.

*2. A Nova Classe Média e a “ralé” de desclassificados e abandonos sociais*

O “Brasil bem-sucedido” de que se fala nos últimos anos é resultante da ascensão da “nova classe média”, visto o aumento no consumo interno da última década, fator que asseguranão somente importância econômica, mas também política. Segundo Jessé Souza, nessa denominação de classe, está implícito que os “emergentes” estão conduzindo o Brasil ao status de primeiro mundo, realidade em que a sociedade brasileira seria composta, em sua grande parte, pela classe média, e não mais pelos “pobres”. Jessé Souza contradiz esse pensamento, explicitando que a realidade desses “batalhadores” assemelha-se mais a uma classe trabalhadora formada no pós-fordismo, que se viu obrigada a reinventar-se mesmo sem direitos e garantias sociais. O potencial de consumo que se verifica é, portanto, resultante de

extremo esforço pessoal, sacrifício familiar, e diversos sofrimentos que são silenciados pelo discurso triunfalista, realidade percebida também em outros países emergentes.

A “nova classe média” é mal-compreendida ao ser determinada exclusivamente por fatores de renda, apesar de sua ascensão econômica (a qual Jessé Souza atribui a políticas simples, como o Bolsa Família, o microcrédito e a ação religiosa tardia como sinais de autoconfiança e compensação do abandono familiar das classes desprezadas). A compreensão da “ralé” vem também com o reconhecimento de sua heterogeneidade, e a injustiça que sofre quando a sociedade considera unicamente a “meritocracia” (i.e. desempenho individual extraordinário em diversas etapas da vida, como escola e mercado), ignorando as pré-condições sociais. Além disso, o termo “classe média” caracteriza-se pelo “capital cultural” (também denominado “tempo livre”, resultante da apropriação do conhecimento útil e altamente valorizado, como capacidade de pensamento abstrato técnico ou literário, conhecimento de línguas, socialização que ajuda na produção de relações pessoais vantajosas etc.), como observou Pierre Bourdieu. Por essa definição, não se pode classificar a “Classe C” como classe média, da mesma forma que a classe média não pode ser classificada em “classe alta”, a qual se diferencia das demais pelo “capital econômico”. O autor salienta, mais uma vez, que o fator renda não é o único determinante – a “incorporação” de certas capacidades e virtudes é o que realmente separa as classes. Essa constatação é evidente na exploração de mão de obra barata em trabalhos corporais para que a classe média possa dedicar-se a empregos e estudos rentáveis e de prestígio, ao passo que esses “batalhadores” estudaram em escolas públicas, trabalham muitas vezes sem garantias sociais e, quando estudam, vão a uma faculdade privada à noite.

A “ralé” perfaz 1/3 da população brasileira e é marginalizada na “luta de classes”, resultante do abandono social e político. No campo do debate público brasileiro, desconsideram-se as funções exercidas pela “ralé” como fruto desse abandono (e.g. empregada, zelador, motoboy etc.), e retoma-se a pseudocrítica da eficiência do mercado e a ineficiência do Estado. Essas funções somente ganham notoriedade na mídia quando associadas à oposição bandido-polícia, despolitizando os conflitos sociais e desprivilegiando os mais fracos.

Por meio de uma pesquisa empírica e teórica realizada entre 2005 e 2008, o autor procurou reconstruir o sentido de vida em condições extremas de exclusão social. Suas conclusões incluem a estruturação das famílias e a perspectiva de futuro relacionada à “honestidade dos pobres” (estereotipada com o “menino” que não virou bandido, ou o “adulto” que não virou bêbado, ou a “menina” que não virou prostituta). Durante a pesquisa, Jessé Souza deparou-se com o paradoxo estudo *vs* trabalho braçal, e a ausência de exemplos dentro da própria classe social que pudessem motivar crianças da “ralé”. Entra aí, também, a precariedade das instituições de ensino público e a transmissão/participação na construção do conhecimento.

Jessé Souza propõe, então, o debate de ideias, desmascarando a violência simbólica e o enviesado discurso “ético” entre mercado e Estado, e inserindo o comprometimento com a mudança social e a reforma social no debate público.

**Referências bibliográficas**

DE HOLANDA, Sérgio B. “As raízes do Brasil”.

SOUZA, Jessé. “A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive”.UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. “Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?”. UFMG, 2010.